



# territórios negros

ano 6 • nº 21 • jan./fev.2006

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

## editorial

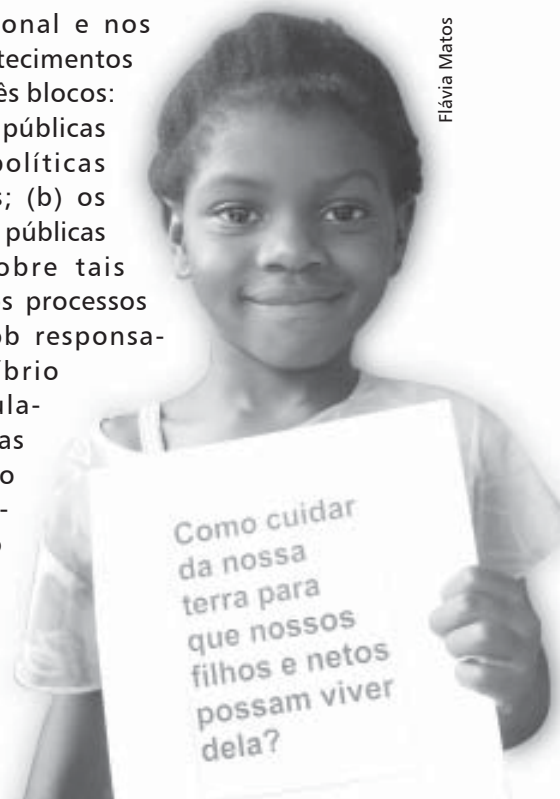
A discussão em torno das experiências de projetos de desenvolvimento tem envolvido representantes quilombolas, antropólogos, agentes de organizações não-governamentais e funcionários públicos ligados ao tema, levantando a seguinte questão: existem, de fato, diferenças relevantes entre as comunidades quilombolas e as outras já atendidas pelas políticas públicas governamentais que justifiquem a criação de políticas específicas de "desenvolvimento quilombola"? E, no caso dessas diferenças existirem, quais seriam elas e como criar uma ação de Estado adequada a elas?

Essa é uma questão importante, na medida em que boa parte da ação dos poderes públicos relativa aos quilombolas tem afirmado tal especificidade, mas pouco tem se discutido sobre ela. Alguns críticos afirmam que tais políticas apenas desviam do objetivo maior, que é a regularização fundiária, servindo somente para criar uma nova clientela para o Estado. Essas políticas de desenvolvimento quilombola seriam, então, uma "cortina de fumaça" para a irresolução do problema da terra?

Por outro lado, como podemos perceber pela compilação de notícias deste informativo, muitas vezes o que é anunciado como uma ação voltada para os quilombolas não difere ou difere muito pouco daquilo que já era obrigação do Estado com relação à população em geral. Será que o que marca a política governamental para quilombos é apenas o fim de um preconceito histórico que não permitia que o que era oferecido a outras populações camponesas e de trabalhadores rurais fosse destinado a comunidades predominantemente negras e tradicionais? Ou será que para além dessa "ação afirmativa" as políticas que chegam a essas comunidades têm que sofrer adaptações que respeitem os modos de viver específicos dessa população?

Acreditamos que este número do informativo reflete um pouco esse debate. Se tomarmos as notícias coletadas aqui como um indicativo dos principais acontecimentos relativos aos quilombos no plano nacional e nos estados, veremos que tais acontecimentos estão igualmente divididos em três blocos: (a) a implementação de políticas públicas especiais ou a chegada de políticas públicas gerais nos quilombos; (b) os conflitos locais e as manifestações públicas dos próprios quilombolas sobre tais conflitos; e (c) o andamento dos processos de regularização fundiária, sob responsabilidade do Incra. Um equilíbrio precário entre conflitos, regularização e outras políticas públicas deixa claro que, se o Estado brasileiro quer pensar o desenvolvimento quilombola, o primeiro ponto da pauta é a garantia do acesso aos seus territórios.

Lucimari, da comunidade Alto da Serra, RJ.



Flávia Matos

• NACIONAL

**CONTAG E SEPPIR FORMAM PARCERIA**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) assinaram um convênio, durante um encontro em 23 de janeiro, e acertaram uma agenda comum de trabalho para a implementação do projeto Terra Negra. O projeto, lançado em dezembro de 2005, tem o objetivo de promover ações para incentivar a permanência de trabalhadores jovens rurais negros na agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Incentivar a regularização de áreas quilombolas também faz parte do Terra Negra.

Fonte: Agência Brasil e Agência CONTAG de notícias.

**IPHAN REGISTRA JONGO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Após quatro anos de discussão, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aprovou, no dia 10 de novembro de 2005, o jongo como patrimônio cultural



Jongo de São Benedito, Festival do Biju, ES.

Domingas Dealidina

do Brasil. Para efetivar o registro o instituto visitou dezenas de comunidades jongueiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Quilombolas de doze comunidades de São Paulo e Rio comemoraram o título no 10º Encontro de Jongo, realizado de 16 a 18 de dezembro em Santo Antônio de Pádua (RJ).

Fonte: Revista Patrimônio - IPHAN e O Globo

• NOS ESTADOS

**AP**

**PACOTE DA CIDADANIA NO AMAPÁ**

A Seppir lançou no Amapá, em novembro de 2005, a sétima edição do Pacote da Cidadania, programa interministerial para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades quilombolas. Vinte e sete comunidades devem ser beneficiadas pelo programa, que disponibilizará R\$2,2 milhões por meio de uma parceria com a Eletronorte. Segundo a Seppir, serão contemplados no programa 24 projetos de desenvolvimento sustentável, ligados a manejo de mudas, fruticultura, artesanato, piscicultura, criação de búfalo, além de um projeto de implementação de cursos de religiões de matriz africana em casas de umbanda e candomblé. O Pacote da Cidadania já foi lançado em São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí e Minas Gerais

**CONCEIÇÃO DO MACACOARI TITULADA**

O Inkra titulou, em 7 de janeiro, as terras da comunidade de Conceição do Macacoari, localizada a cerca de 100 quilômetros de Macapá. Macacoari é formada por 60 famílias que vivem da pecuária, pesca e agricultura e ocupam as mesmas terras há mais

de 200 anos (leia mais em **Um território**). Segundo o Inkra, outras nove comunidades estão em processo de regularização no Amapá: Mel, Rosa, Cunani, Lagoa dos Índios, São Pedro dos Bois, São José do Mata Fome, Carvão, Ilha Redonda e Ambé.

Fonte: Inkra

**RN**

**CONVÊNIO PARA REGULARIZAR COMUNIDADES**

Em janeiro, o Inkra do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do RN assinaram um convênio com objetivo de beneficiar quilombolas do estado. A parceria, na qual serão investidos R\$ 121 mil, proporcionará estudos históricos, econômicos e socio-culturais para subsidiar os processos de regularização fundiária das comunidades. Os trabalhos começaram em três delas: Acauã, Jatobá e Sibaúma. Essa última, segundo os moradores, corre risco de perder as terras, pois a especulação imobiliária tem crescido. Os quilombolas de Sibaúma também denunciam que sofrem com a criação de camarão na área. Eles afirmam que o proprietário dos viveiros impede a passagem dos moradores pelo local e polui o rio Catú.

Fonte: Inkra e carta da Associação de quilombolas de Sibaúma

**PA**

**SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Seppir promoveu, em fevereiro, um seminário de capacitação de gestores públicos com o objetivo de melhorar as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas e indígenas do Pará. O encontro mostrou os meios existentes para que os municípios tenham acesso aos recursos financeiros

geridos pela Seppir. A Secretaria tem R\$ 130 milhões para executar políticas públicas, segundo o Plano Plurianual.

Fonte: O Liberal

## **PB**

### **II ENCONTRO**

Durante dois dias do mês de dezembro, cerca de 200 pessoas se reuniram no II Encontro das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba. O evento foi aberto com uma palestra sobre as reivindicações das comunidades da Paraíba e sobre o papel dos órgãos governamentais. O encontro foi promovido pela Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrosdescendentes, em parceria com o Incra, MDA, Agentes da Pastoral do Negro e Cooperativa de Apoio às organizações de Gestão e Produção.

Fonte: Jornal O Norte

## **AL**

### **VIOLÊNCIA E PROTESTO EM TAMBACARI**

Cerca de 100 quilombolas da comunidade de Tambacari, localizada em Palmeira dos Índios, bloquearam a estrada de acesso ao povoado em resposta aos atos de violência sofridos pelos moradores. Segundo Elson dos Santos, um dos líderes do protesto, a manifestação começou após homens encapuzados invadirem a comunidade, durante a noite, e tentarem incendiar as casas. Para Santos, os invasores foram contratados pelos fazendeiros da região que têm interesse em comprar as terras dos quilombolas. Um dos quilombolas foi espancado por seguranças de uma das fazendas vizinhas à comunidade, após denunciar a invasão em um rádio local. As lideranças da

comunidade também receberam ameaças de morte.

Representantes do Incra e a Polícia foram até o local para proteger os quilombolas. A fazenda, ocupada há 7 meses, está em processo de desapropriação desde 31 de agosto de 2005, quando foi reconhecida como terras quilombolas pela FCP.

Fonte: Site Gazeta de Alagoas

## **GO**

### **SUBSOLO DE KALUNGAS DISPUTADO**

As terras dos Kalungas estão sendo disputadas por fazendeiros que querem explorar a riqueza do subsolo: foram descobertas no território jazidas de ouro e outros minerais. Apesar da área ter sido titulada pelo Incra em 2000, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) autorizou alguns antigos proprietários a pesquisarem a área. Segundo Antônio Nery, diretor-geral do DNPM, a falta de diálogo entre os órgãos governamentais pode ter possibilitado o erro. O coordenador nacional de quilombos do Incra, Cláudio Braga, afirmou que, no caso de uma desapropriação, os donos das terras não serão indenizados pelo que há no subsolo. "Eles perdem as terras, recebem as indenizações, mas continuam sendo donos das lavras", explicou. Para extrair o ouro, os antigos proprietários devem ter licença do governo e de alguma forma pagar aos Kalungas pela exploração do subsolo.

Fonte: Jornal Correio Braziliense

### **TREINAMENTO PARA PARTEIRAS DE KALUNGA**

As parteiras de Kalunga receberam, em novembro de 2005, treinamento do Ministério da Saúde para oferecerem mais segurança às gestantes. Elas foram orientadas por profis-

sionais da área da saúde sobre os procedimentos corretos durante o parto e estimuladas a trabalhar em parceria com agentes do programa Saúde da Família. Segundo o Ministério da Saúde, em 2004 mais de 31 mil partos foram realizados por parteiras no Brasil.

Fonte: Agências Brasil – Radiobrás

## **MT**

### **VITÓRIA PARA MATA CAVALO**

Em fevereiro, após 10 anos de luta, o Incra publicou no Diário Oficial o relatório técnico de identificação e delimitação da área da comunidade Mata Cavallo, confirmando que 14.622 ha, localizados em Nossa Senhora do Livramento, a 67 km de Cuiabá, pertencem às 418 famílias quilombolas. A decisão levou alívio aos moradores que por força de uma liminar teriam que deixar as terras até 7 de fevereiro, mesmo dia em que foi finalizado o relatório. Para concluir o processo de titulação, o Incra precisa comunicar e indenizar 60 fazendeiros e algumas famílias de sem-terra, que terão prazo de 90 dias para contestar o relatório.

Fonte: Notícias OQ

## **MA**

### **ALCÂNTARA: DESFECHO DO CONFLITO ADIADO**

O governo federal ainda não apresentou uma definição para os planos de implantação de sítios de lançamento da Agência Espacial Brasileira (AEB) em Alcântara. Em dezembro de 2005, durante o I Seminário Traçando Estratégias de Defesa do Território Étnico de Alcântara, os quilombolas elaboraram um documento no qual afirmavam ser contra a expansão do Centro de Lançamento e o conseqüente deslocamento de moradores.

As comunidades também reivindicam informações concretas sobre a implantação, principalmente sobre os critérios para o cálculo do perímetro dos sítios.



Comunidade Mata Cavalos, MA.

A Casa Civil informou que o governo federal formulará uma proposta que englobe os aspectos técnicos e de segurança propostos pela AEB, as sugestões do Subgrupo de Regularização Fundiária e as demandas das comunidades de Alcântara. A proposta será analisada por ministros e o prazo final para ser apresentada às comunidades é 30 de junho de 2006.

Fonte: Boletim Quilombol@

## MG

### GURUTUBANOS AMEAÇADOS

A comunidade de Gurutuba, localizada no município de Porteirinha, norte de Minas Gerais, elaborou um documento pedindo apoio da sociedade civil para mobilizar os órgãos públicos contra uma liminar de despejo emitida pelo Tribunal de Justiça em janeiro. A ordem foi expedida contra o acampamento Novo Palmares, que faz parte da comunidade de Gurutuba, de acordo com um laudo de Identificação e Delimitação

territorial. O acampamento, formado por cerca de cem famílias, é atendido por diversos projetos, como o Pacote da Cidadania, mas essas iniciativas de nada adiantarão se a liminar não for suspensa e se o Incra não iniciar a demarcação das terras, alertaram os quilombolas.

Fonte: OQ

## ES

### COMUNIDADES DO ES PESQUISADAS

O Projeto de Extensão Territórios Quilombolas, da Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolveu estudos sobre as comunidades das regiões de São Domingos, em Conceição da Barra; Serraria e São Cristovão, em São Mateus; São Pedro, em Cachoeiro de Itapemirim. As pesquisas mostraram que os poucos quilombolas que se mantêm em seus territórios são vítimas da violência da ocupação de suas áreas pela Aracruz Celulose. Também foi confirmado que os agrotóxicos usados nos eucaliptais prejudicam a saúde dos quilombolas e que a monocultura esgota os recursos hídricos da região. A pesquisa será analisada pelo Incra.

Fonte: Site Século Diário



Comunidade Conceição da Barra, ES.

## RJ

### TITULAÇÃO DE PRETO FORRO PRÓXIMA

O Incra aprovou e publicou no Diário Oficial de 2 de janeiro as conclusões do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação, Levantamento Ocupacional e Cartorial das terras da comunidade de Preto Forro, município de Cabo Frio. Os moradores continuam apreensivos, pois ainda há um grileiro trabalhando nas terras apesar de ter recebido notificação do Incra para deixá-las. Segundo o superintendente do Incra, Mário Lúcio Melo Júnior, muitas vezes é necessário acionar a Polícia Federal para a retirada do grileiro.

Fonte: Notícias OQ

### IGREJA AMEAÇA PEDRA DO SAL

Pedra do Sal, região de importância histórica e cultural, localizada próxima ao Morro da Conceição, na cidade do Rio de Janeiro, recebeu certificado de área remanescente de quilombo pela Fundação Cultura Palmares em dezembro, mas os moradores estão correndo risco de despejo. Segundo eles, a região foi doada no período Imperial para os negros que trabalharam na abertura de uma rua no local, mas há cerca de cinco anos a Ordem Terceira da Penitência, da Igreja Católica, reivindica a posse da área. A igreja alega possuir uma declaração da Prefeitura, de 1942, que comprova a posse, e já conseguiu o despejo de algumas famílias. Os moradores vêm reagindo com protestos e tentativas de mobilizar os órgãos competentes para que demarquem a região.

### LÍDER DE SANTANA É ATACADO

Miguel Francisco da Silva, presidente da Associação dos

Remanescentes de Quilombos de Santana, município de Quatis (RJ), foi atacado na noite do dia 1º de fevereiro por dois homens encapuzados quando descia de um ônibus em Santana. Ele contou que foi salvo por dois conhecidos que desceram no mesmo lugar e se atracaram com os agressores, que fugiram. Apesar de ter acionado a Secretaria de Justiça do Estado, Miguel não se sente seguro. Dias antes, ele registrou queixa na delegacia contra um fazendeiro da região, Lúcio Corbolan, que o ameaçou acompanhado de um homem conhecido como Babão, um ex-presidiário. Corbolan prestou depoimento, mas negou qualquer intenção de intimidar Miguel. De acordo com moradores, desde que chegou à região, Corbolan criou um clima conflituoso com a comunidade, cuja relação com outros fazendeiros sempre foi pacífica. Os quilombolas estão apreensivos e aguardam a conclusão do processo de regularização de suas terras.

A comunidade, de Santana, formada por 23 famílias, possui um estudo antropológico e seu território foi delimitado pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a Fundação Cultural Palmares expediu um título de reconhecimento de domínio para a área no ano 2000, mas o cartório se recusou a registrar, criando o impasse que dura até hoje.

Fonte: OQ e Site do Movimento Terra Trabalho e Liberdade.

## **CAMPANHA MARAMBAIA LIVRE! AGUARDA RESULTADO DE RELATÓRIO DO INCRA**

Em fevereiro deste ano, o Incra finalmente conseguiu, com uma autorização judicial, concluir os trabalhos de demarcação das terras quilombolas da Ilha da Marambaia.



Praia Grande da Ilha da Marambaia, RJ

Rosa Peralta

O Instituto havia sido impedido pela Marinha de entrar na ilha em dezembro, mas com a liminar pôde finalizar o relatório. No entanto, como ele ainda não foi publicado no Diário Oficial da União, há o receio de que o processo de titulação seja interrompido por pressões da Marinha sobre órgãos do governo federal, como a Casa Civil. Em apoio à reivindicação da comunidade pela regularização fundiária e a garantia de seus direitos fundamentais, entidades do movimento social e da sociedade civil criaram a **Campanha Marambaia Livre!** Os interessados em aderir à Campanha podem enviar mensagens para [oq@koinonia.org.br](mailto:oq@koinonia.org.br) ou entrar em contato pelo telefone: (21)2224-6713

**SP**

## **CAÇANDOCA PRÓXIMA DA TITULAÇÃO**

Em dezembro, o Incra reconheceu como território quilombola de Caçandoca uma área de 890 hectares, localizada no município de Ubatuba, litoral sul de São Paulo. Os passos seguintes são a desapropriação das terras e a transferência da posse definitiva aos quilombolas, ainda sem prazo para ocorrer. Caçandoca, formada por cerca de 44 famílias, já foi vítima de intimidações violentas e ameaças de expulsão devido ao

conflito fundiário que começou há cerca de sete anos. No primeiro semestre de 2005, os moradores foram ameaçados de despejo por uma liminar de reintegração de posse, concedida pela Justiça de São Paulo em favor da imobiliária Urbanizadora Continental, que se dizia proprietária de parte do terreno. Os quilombolas permaneceram na terra, que ocupam há aproximadamente 150 anos, graças a mobilização da comunidade, do movimento negro, de deputados estaduais e de órgãos dos governos federal e estadual.

Fonte: Site Agência Carta Maior e Agência Brasil – Radiobrás

## **QUILOMBOLAS E ÍNDIOS DO VALE DO RIBEIRA PROTESTAM**

Em novembro, quilombolas e índios Guarani do Vale do Ribeira realizaram um Ato Público, na cidade de Registro, localizada às margens do rio Ribeira de Iguape, para reivindicar a titulação de seus territórios e protestar contra a construção de barragens no Ribeira. As comunidades do Vale vivem em uma das regiões mais preservadas do Brasil, que corresponde a 20% de Mata Atlântica do país.

Fonte: Instituto Socioambiental

## **LUZ EM IVAPORUNDUVA**

A comunidade de Ivaporunduva, retratada na personagem da coluna **Um Território** publicada na vigésima edição de *Territórios Negros*, foi beneficiada com obras de eletrificação em sua região, município de Eldorado Paulista (SP). Ivaporunduva, formada por aproximadamente 130 pessoas, é uma das comunidades quilombolas mais antigas do país – a igreja da região tem cerca de 300 anos.

Fonte: Agência Brasil – Radiobrás

*As comunidades quilombolas de Alcântara (MA) realizaram, entre 19 e 21 de dezembro, o seminário 'Traçando estratégias de defesa do território étnico de Alcântara' em que foram discutidas as propostas do governo para a implantação dos sítios de lançamento e institucionais do Centro Especial de Alcântara. Leia abaixo a carta de Alcântara, documento final do encontro.*



Alcântara, 21 de dezembro de 2005.

### **Ao Grupo Executivo Interministerial Prezados Senhores (as)**

As Comunidades Quilombolas de Alcântara, reunidas nos dias de 19 a 21 de dezembro de 2005, vêm manifestar sua intranqüilidade e sua insegurança sobre seu futuro, porquanto encontram-se sem informações oficiais elementares sobre questões fundamentais à sua sobrevivência física e social. Num desrespeito flagrante ao que ficou combinado na reunião na comunidade de Santa Maria, do dia 30 de novembro de 2005, a Agência Espacial Brasileira (AEB), não encaminhou às comunidades quilombolas de Alcântara :

- ➔ Propostas da AEB para a instalação do projeto Centro Especial de Alcântara (CEA)
- ➔ Formas de como seriam feitas as compensações para instalação dos "novos sítios de lançamento".

Ao final do seminário, quando as decisões já tinham sido apreciadas, foi entregue à mesa por um assessor da AEB, documento datado de 16 de dezembro de 2005 registrando um diálogo entre técnicos do MDA e AEB, que por não representar qualquer resposta não foi debatido. Em virtude desta intranqüilidade e da gravidade do descumprimento do que foi combinado publicamente e da desinformação geral, as comunidades aqui reunidas decidiram o seguinte, até que sejam apresentadas as proposta da AEB e sobre elas se manifestem as comunidades:

- ➔ Não aceitam a expansão da base.
- ➔ Não aceitam a instalação dos "sítios de lançamento" e seus respectivos polígonos.

A partir daí vimos comunicar a todos os representantes do Grupo Executivo Interministerial (GEI) que exigimos:

- ➔ Paralisação dos trabalhos de fixar os piquetes ou estacas, que delimitam as supostas áreas dos polígonos;
- ➔ Paralisação da aplicação do cadastro da AEB;
- ➔ Elaboração do EIA-RIMA do conjunto dos projetos, recusando a fragmentação dos licenciamentos ambientais, ou seja, obra por obra.

Atenciosamente;

**Comunidades quilombolas de Alcântara**



Fabricantes de balaio

### A REVOLTA DA BALAIADA

A Balaiada foi o nome dado a uma série de levantes populares liderados por Manuel Raimundo Gomes, o Balaio, em que negros, mestiços e sertanejos do Maranhão lutavam contra a situação de miséria em que se encontravam e questionavam a interferência política do poder central nas províncias.

A província do Maranhão era composta na sua maioria por escravos e sertanejos pobres que viviam da pecuária e da lavoura de algodão. Com a independência dos Estados Unidos, a concorrência no mercado internacional de algodão aumentou, causando uma crise na economia da região e abalando toda a estrutura local. Esse cenário motivou a população para lutar por uma melhor condição social, já que a parte mais pobre da população vivia de forma precária. A Balaiada teve o apoio de uma das facções políticas locais, os Bem-te-vi, que eram contrários ao governo e ao grupo conservador, os Cabanos.

O fato inicial da revolta ocorreu em dezembro de 1833, quando o vaqueiro Raimundo Gomes, um mestiço conhecido como Cara Preta, passava pela Vila da Manga levando uma boiada de seu patrão para vender em outro local. Na ocasião, muitos dos homens que o acompanhavam foram recrutados à força para servirem como militares<sup>1</sup> e seu irmão foi preso sob a acusação de assassinato. Raimundo invadiu a cadeia e libertou não somente seu irmão

como também os outros presos. Para sua surpresa, a guarda não resistiu à ação de Raimundo e seus companheiros e aderiu ao movimento.

Após este fato, o movimento se ampliou por toda a província. Por onde os revoltosos passavam mais gente aderiu ao movimento. A mais importante dessas adesões foi a de Negro Cosme, liderança do mais importante quilombo da província neste período. À frente de três mil escravos rebelados, Cosme se intitulava "Imperador, Tutor e Defensor das Liberdades Bem-te-vis".

Em 1839, os Balaios tomaram a Vila de Caxias que era tida como a segunda cidade mais importante da Província. Pelas ruas da Vila de Caxias se ouvia:

*"O Balaio chegou! O Balaio chegou. Cadê branco! Não há mais branco! Não há mais sinhô!"*

Os Balaios organizaram-se em um Conselho Militar e formaram uma Junta Provisória com a participação de elementos bem-te-vis da cidade. Foi enviada a São Luís uma delegação para propor uma forma de pacificação que incluía: anistia para os revoltosos; pagamento das forças rebeldes; expulsão dos portugueses natos e diminuição de direitos aos naturalizados; revogação da 'lei dos prefeitos<sup>2</sup> e instauração de processo regular para os presos existentes nas cadeias.

Mesmo com algumas conquistas importantes, o movimento entrou em rápido declínio, com muitas divergências internas. Além disso, o grupo Bem-te-vi se afastou, pois temia a radicalização da revolta, já que a camada mais pobre da população assumiu a liderança do movimento. Assim, como não conseguiram obter as vantagens que esperavam apoiando os Balaios, os Bem-te-vi passaram a integrar a oposição.

A repressão da Balaiada marcou o início da "política de pacificação" através da qual o Coronel Aluis Alves de Lima e Silva, futuro Barão de Caxias, sufocou as insurreições que ocorreram durante o Império. Mesmo assim, não derrotou o espírito de luta e resistência dos negros do Maranhão, um dos estados brasileiros com maior número de comunidades remanescentes de quilombo.

notas:

<sup>1</sup> O recrutamento obrigatório, uma das armas do Governo para controlar a população, sempre foi visto como uma ação arbitrária, pois recaía sempre sobre os menos favorecidos, que eram obrigados a qualquer momento a servir nas forças policiais e militares.

<sup>2</sup> A Lei dos Prefeitos autorizava os governantes locais, os prefeitos, a exercerem um poder imenso na Província, inclusive o poder policial.



## um território

### CONCEIÇÃO DO MACACOARI

A comunidade quilombola Conceição do Macacoari, que fica a 100 quilômetros de Macapá, foi a segunda a ser titulada no estado do Amapá (a primeira foi Curiaú, 1999). O título foi entregue pelo Incra em janeiro de 2006.

A denominação Conceição do Macacoari deve-se à santa festejada pela comunidade e à grande quantidade de macacos que ainda hoje habitam as florestas da região.

A comunidade é composta por cerca de 60 famílias descendentes de escravos que, trazidos ao Amapá para a construção da Fortaleza de São José (1764/1782), se rebelaram, fugiram e formaram um quilombo na região. Atualmente, apenas a quarta geração vive realmente em Conceição do Macacoari, cuja economia é voltada para a agropecuária e pesca. Os demais descendentes, em busca de melhores condições de subsistência, estudo e trabalho, moram em Macapá ou em outros estados, mas buscam estar sempre presentes em todas as férias, feriados e finais de semana.

Há pouco mais de um ano, um grupo de agricultores que possuem plantações de arroz nas proximidades tentou invadir as terras quilombolas para instalar uma fábrica de beneficiamento do produto. A partir daí, a comunidade percebeu que precisava de uma associação que cuidasse de preparar os documentos que garantissem a permanência na terra. Alguns moradores já tinham documento de posse, mas não era o suficiente para assegurar o direito definitivo à terra.

Procuraram então a Superintendência Regional do Incra e foram orientados sobre os procedimentos para o reconhecimento e titulação do território. A preparação da documentação e a organização da associação demoraram cerca de um ano e tiveram o apoio da Secretaria Especial de Políticas Para a Igualdade Racial (Seppir).

As benfeitorias na região, que num primeiro momento aparenta ser uma grande fazenda, gramada e com um belo jardim, foram feitas sem prejudicar o meio ambiente.

A titulação, de acordo com os próprios moradores, foi como um sonho e irá ajudar muito no desenvolvimento da comunidade. A construção de escolas e postos de saúde, que antes esbarrava em impedimentos pela falta do título da terra, agora finalmente será possível. O próximo passo para os moradores da comunidade é crescer economicamente. Eles querem criar uma cooperativa e investir em cultura, pecuária e piscicultura.

## conheça

➔ A Comissão Pró-Índio (SP) acompanhou o andamento de processos envolvendo terras de quilombo em curso no Incra e também as titulações efetivadas pelo governo federal e pelos governos estaduais. Acesse [www.cpis.org.br/terras](http://www.cpis.org.br/terras) e conheça os resultados desse programa de monitoramento.

➔ O livro *Gestão de associações no dia-a-dia*, do cientista social José Strabeli, foi lançado pelo Instituto Socioambiental (ISA) para facilitar a organização de comunidades rurais, indígenas, quilombolas ou mesmo da periferia de grandes cidades em associações. A publicação apresenta orientações sobre o funcionamento de uma associação, o planejamento de atividades, captação e gestão de recursos, prestação de contas e avaliação dos resultados alcançados.

À venda por R\$ 15,00 no site do ISA:  
[www.socioambiental.org/loja](http://www.socioambiental.org/loja)  
Mais informações: (11) 36607949

## fique sabendo

### MUDANÇAS NO CONCEITO DE QUILOMBO

A revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) publicou um artigo que discute como hoje o conceito de comunidade de quilombo não se restringe apenas a antigos grupos formados por escravos fugidos das fazendas no período colonial. Ele também engloba grupos urbanos que se autodefinem como comunidades negras e pedem o registro de seu espaço como "território negro". Essa visão tem gerado uma ampliação do leque de políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade. Ao mesmo tempo, também é objeto de debates entre os próprios atores sociais envolvidos, órgãos governamentais e o movimento negro organizado.

Fonte: Jornal A Tarde e Revista Patrimônio do Iphan

## territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira

Editor do OQ e deste Informativo: José Maurício Arruti

Assistente de edição: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Emília Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Lena Benzecry

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230 • Rio de Janeiro • RJ  
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016  
[territoriosnegros@koinonia.org.br](mailto:territoriosnegros@koinonia.org.br) • [www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)



[oq@koinonia.org.br](mailto:oq@koinonia.org.br)  
[www.koinonia.org.br/oq](http://www.koinonia.org.br/oq)